

FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL PARA EDUCAÇÃO NÃO ESCOLAR NO ENSINO SUPERIOR: E A PEDAGOGIA SOCIAL COM ISSO?

Marcio Bernardino Sirino

Universidade Castelo Branco

E-mail: pedagogomarcio@gmail.com

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: arthuruerjffp@gmail.com

Todos os espaços sociais são possíveis campos de relações pedagógicas e de rotinas educacionais. Ou seja, a relação entre os grupos sociais e as possíveis práticas pedagógicas – não formais e informais – estabelecidas entre seus indivíduos, se constituem em um ambiente de relações psicossociais importantes na constituição dos indivíduos enquanto sujeitos sociais, dentro e fora de seus grupos de pertença.

A expressão “educação não escolar”, cunhada por alguns autores do campo teórico da Pedagogia Social (cf. SILVA, 2011; SOUZA NETO, 2009), busca reforçar e legitimar a ideia de que esse tipo de educação social, forjada nas comunidades, periferias e outros espaços socialmente constituídos por processos de desigualdade social, possui, também, uma “forma”, uma intencionalidade, que deve ser respeitada e reconsiderada pelos educadores como legítima organização dos indivíduos para a sua emancipação.

O profissional da educação deve estar atento a esses sujeitos, aos seus saberes e ‘fazeres’, pois, a partir deles é que devemos constituir a nossa prática socioeducativa. Esse reconhecimento da educação fora do ambiente escolar como legítima é importante na formação dos indivíduos e se apresenta expresso nas diretrizes para a formação docente em nosso país. De fato, os documentos oficiais indicam que a formação docente deve ser compreendida a partir da possibilidade de atendimento das distintas demandas educacionais estabelecidas no seu tempo-espaço histórico e social.

A docência nas instituições escolares, entendida socialmente como instituições educacionais formais, é uma das principais atuações deste profissional, porém não pode ser considerada como a única em relação às necessidades colocadas pela sociedade contemporânea brasileira. A realidade concreta vivida por esse profissional, em seu período de formação, se encontra contemplada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, de 15 de maio de 2006, mais especificamente em seus artigos 4 e 5. Esta esclarece que as atividades docentes para as quais este profissional está sendo formado são compostas por habilidades de planejar, executar, coordenar, acompanhar e avaliar projetos e experiências *educativas não escolares*, ao mesmo tempo em que o documento expõe a necessidade formativa, para este futuro pedagogo, de *“trabalhar, em espaços escolares e não escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo”*. Por isso, no artigo 6, §1, as diretrizes recordam que os cursos de pedagogia deverão, também, preparar estes sujeitos para as atuações, já descritas nos artigos e parágrafos anteriormente citados, como também para o cumprimento da contribuição social do curso que é o *“desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade”*.

Essa discussão sobre a formação dos profissionais de educação para a docência em ambientes escolares e não escolares continua nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, de 01 de julho de 2015. No artigo 3, §1, sobre a formação inicial e continuada, o documento traz a concepção de educação inferindo que *“por educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino, pesquisa e extensão, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas relações criativas entre natureza e cultura”*.

O documento reafirma uma postura já existente na antiga resolução de 2006 em seu art. 12, §1, alínea d, sobre a formação inicial do docente que, além dos processos educativos escolares, também deverá ser apto para *“observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas”*, abrindo uma compreensão para outros espaços educativos

não escolares. Além disso, as novas diretrizes, no capítulo VII, Art. 18, §3, reconhece a valorização do magistério e dos profissionais da educação – entendendo que a formação inicial e continuada, assim como suas condições de trabalhos, devem ser garantidas para todos os profissionais envolvidos na ação educativa, seja no ambiente do magistério ou em outros ambientes e instituições que realizam práticas educativas.

Na verdade, o ambiente social e suas demandas políticas, sociais, econômicas e culturais estão em constante diálogo com os contextos escolares formativos em que atuarão os futuros pedagogos e/ou licenciados.

Dentro da Universidade Pública: a construção do Fora da Sala de Aula

A partir de tudo o que foi exposto até o presente momento, foi organizado na Faculdade de Formação de Professores (FFP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), um grupo de estudos, pesquisas e extensão denominado *Fora da Sala de Aula*. O objetivo geral desse grupo é promover o debate sobre as práticas educativas não escolares existentes na região metropolitana do Rio de Janeiro e como elas podem fazer parte da formação inicial docente dos graduandos das diversas licenciaturas oferecidas por esse *campus* da UERJ, localizado no município de São Gonçalo no estado do Rio de Janeiro.

Associado a essas práticas educativas, fez-se necessário o estudo dos sujeitos que fazem parte do conjunto de prática educativas que caracterizam esse espaço social e político no qual se desenvolve a formação docente, inicial e continuada, ao mesmo tempo, o público que participa ativamente dos processos de ensino-aprendizagem nesse espaço territorial urbano fluminense.

Ao trazermos a temática da Educação Não Escolar, a sua importância e exigência nos currículos de formação docente inicial no Ensino Superior, e as ações existentes para essa juventude que participam desses processos em uma universidade pública instaurada na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, queremos mostrar a concretude de ações educativas que promovem a reflexão e novas possibilidades de se realizar educação dentro da realidade de exclusão e empobrecimento que caracterizam esses espaços.

Vejamos a seguir, uma tabela com o número de pessoas atendidas, em média, nas formações promovidas pelo Grupo de Estudos para os jovens em formação docente inicial e outros profissionais da educação em exercício.

Tabela 1- Impacto das ações do Fora da Sala de Aula.

Fora da Sala de Aula	2016	2017	2018	2019
<i>Grupos de Estudos presenciais dentro da UERJ</i>	70	77	81	82
<i>Formações fora da UERJ</i>	37	39	39	42
<i>Cursos a distância</i>	120	127	110	118
<i>Jornadas Anuais</i>	220	218	257	289
Total	447	461	487	531

Fonte: Elaboração dos autores (2020).

O quadro acima não somente apresenta um quantitativo que mostra o alcance das práticas educativas não escolares no processo de formação docente inicial e continuada dessa universidade junto aos jovens profissionais da educação. Podemos tirar, também, outras duas ilações relevantes.

A primeira é que, desde o começo, mostra-se que existia um espaço formativo que não era contemplado pelo espaço de formação universitário, tanto para a formação inicial quanto continuada. O grande número de pessoas participando das atividades propostas pelo grupo pode expressar essa realidade.

A segunda se apresenta como a estabilidade do quantitativo ao longo dos quatro anos de existência do grupo. Embora o aumento do número de pessoas atendidas não se mostre expressivo no decorrer do processo, não existe uma baixa na procura por essa formação. Ao contrário, em determinadas atividades pontuais, como é o caso das jornadas e dos cursos a distância, a procura se apresenta em um grau de crescimento considerável ao longo dos anos de existência do projeto.

E, terceiro, para além da formação, o grupo de estudo se apoia na produção de pesquisas sobre a temática da Educação Não Escolar na perspectiva da Pedagogia Social e das Representações de Pobreza. Nesse ponto, as pesquisas desenvolvidas por esse grupo insistem na premissa de que, ao identificarmos e analisarmos o campo psicossocial das Representações de pobreza, existentes nos processos educativos, promove-se o princípio da mudança nas práticas educativas dos profissionais da educação em espaços não escolares, assim como, suscita-se espaços de formação docente que capacitem os profissionais da educação a atender às demandas sociais dos grupos sociais empobrecidos, fortalece-se os vínculos entre os grupos sociais

vulneráveis nos ambientes socioeducativos e, ainda, discute-se sobre a eficácia – e eficiência – das políticas públicas existentes para essas populações em situação de vulnerabilidade social.

Dessa forma, os resultados oriundos das ações desse grupo (projetos de extensão, iniciação científica e outras atividades de ensino e pesquisa) se apresentam como construção de um cabedal teórico-prático no qual os processos de ensino-aprendizagem não escolar se transformem em espaços de convivência, hospitalidade, autonomia e emancipação de sujeitos em suas realidades sociais específicas da sociedade fluminense.

Assim, demonstramos que existe mais educação, do que pensamos, fora da sala de aula. E que nós, enquanto profissionais da educação, temos que nos apropriar dessa realidade como parte da nossa formação docente ampliada.

Referências

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 mai. 2006.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 1º. de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 04 jul. 2015.

SILVA, Roberto da. Visão e concepções necessárias a Teoria Geral da Educação Social. IN: SILVA, Roberto da; SOUZA NETO, João Clemente; MOURA, Rogério. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011.

NETO, João Clemente. Pedagogia Social e as Políticas sociais no Brasil. In: IN: SILVA, Roberto da; NETO, João Clemente; MOURA, Rogério. (Orgs.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2009.